

O TERCEIRO SETOR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Roberto Galassi AMARAL*
Claudia Maria Daher COSAC**

- **RESUMO:** O artigo discorre sobre a relevância do fator humano e da dimensão social da sociedade. Neste contexto traz a tona o tema do terceiro setor colocando-o como espaço de ação e de vivência da cidadania, que a partir dos anos 1980 passaram a ter destaque no contexto internacional e brasileiro. O artigo continua, descrevendo as suas principais características, discernindo sobre as diferentes organizações que o compõe. Traz, igualmente, diferentes definições sobre ele de forma que suas especificidades sejam ressaltadas. Adicionalmente introduz o tema do desenvolvimento sustentável e faz o mesmo percurso visando discernir sobre as percepções que o envolve. No final, propõe o artigo, um olhar sobre a interação entre o terceiro setor e o desenvolvimento sustentável, demarcando algumas questões chave para a tarefa de integrar as ações das organizações de interesse público amplo às diferentes dimensões da sustentabilidade.
- **PALAVRAS-CHAVES:** terceiro setor. desenvolvimento sustentável. cidadania. gestão social. organizações de interesse público.

INTRODUÇÃO

Talvez uma das características mais marcantes do nosso tempo seja a complexidade da resolução dos problemas. Diante o avanço da tecnologia nas áreas da informática, eletrônica, automação e ciências em geral, muitos têm a expectativa de que ela poderia erradicar os problemas de uma sociedade, ou mesmo ser a solução no enfrentamento das grandes questões da humanidade. Isto se comprova a partir do relato da Profa. Rosa Alegria, futurista

* Doutorando em Serviço Social pela UNESP, Campus Franca, Mestre em Administração pela PUC/SP, Especialista Gestão Estratégica de Negócios pela EEA/FGV-SP e em Administração de Recursos Humanos USJT- Universidade São Judas Tadeu/SP com Graduação em Administração de Empresas pela mesma Instituição.

** Profa. do Departamento de Serviço Social e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social; ministra disciplinas no curso de Graduação e no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UNESP, campus de Franca.

e co-fundadora do NEF – Núcleo de Estudos do Futuro, organização e centro de estudos sediado na PUC-SP.

Em uma das reuniões do mesmo grupo, e logo após seu retorno da reunião anual do *World Future Society* (WFS), Rosa Alegria compartilhou de sua surpresa ao ver que a maioria dos pronunciamentos realizados nesta reunião apontava novamente para excessiva valorização da tecnologia, nitidamente colocando a dimensão social num segundo grau de relevância.

Apenas para situar melhor a WFS é uma associação científica e educacional, não lucrativa, que reúne pensadores e pesquisadores interessados em como os desenvolvimentos sociais e tecnológicos estão dando forma ao futuro. A sociedade foi fundada em 1966 e tem sede em Washington, C.C., EUA

Tal comentário remete ao fenômeno no mundo contemporâneo em que a tecnologia aparece como a solução para a resolução dos problemas da humanidade, ao mesmo tempo em que assistimos a intolerância, a baixa articulação da sociedade em torno do interesse público, a manutenção do individualismo e a grande disposição dos cidadãos na preservação de interesses individuais.

A tecnologia parece seduzir o homem. A idéia de que ao apertar um único botão se possa atingir o resultado esperado cria uma aura de encantamento que o faz buscá-la a todo custo, enquanto a dimensão social se apresenta de forma complexa e afasta o homem de seu enfrentamento, em particular àquele que privilegia a solução rápida, o caminho mais curto, o resultado de curto prazo.

Continuando neste cenário, observam-se em meio ao crescimento das democracias, formas concretas de comportamentos autoritários, Estados nacionais totalitários, aumento da violência, injustiças crescentes, distanciamentos dos valores humanos e universais, no limite, desrespeito ao humano; centro da dimensão social.

Adicionalmente, tem-se um modelo de desenvolvimento de sociedade lastreado no crescimento econômico que se mostra insustentável. Produz maior concentração de riqueza, aumento da pobreza, degradação do meio ambiente, utiliza forma predatória os recursos naturais, premia a dimensão material da vida fortalecendo o individualismo e alimentando a visão de curto

prazo. Cria, no limite, um cenário favorável para que cada cidadão não se preocupe com as gerações futuras.

Certamente a tecnologia em suas diferentes formas e dimensões, tem trazido, e haverá de continuar trazendo para o conjunto da sociedade, benefícios significativos de sua aplicação, como se tem assistido no campo da medicina e do processamento das informações. Entretanto quando examinado o contexto acima, observa-se que o enfrentamento das questões complexas dos nossos dias passa necessariamente pelo resgate do homem, por seu conjunto de valores, sua visão de mundo e de homem, bem como por sua capacidade de se colocar de acordo, coletivamente, quanto àquilo que é imprescindível realizar.

Uma das iniciativas de maior destaque na atualidade, no campo valorização do humano em dimensão global, é o Fórum Social Mundial. Ele foi proposto inicialmente como uma contraposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos na Suíça e era realizado nos mesmos dias. Atualmente não existe mais esta vinculação. O Fórum pretende ser um espaço aberto e democrático. Tem se demonstrado um grande momento de encontro da esquerda mundial e do movimento antiglobalização, contando sempre com grandes personalidades e líderes planetários.

Se considerarmos o necessário engajamento humano na construção de uma sociedade mais justa, foi exatamente nesta iniciativa que se cunhou a conhecida expressão “um mundo melhor é possível” denotando a crença de que o engajamento de todos os atores sociais é caminho possível e real.

O Fórum citado é uma das representações importantes da mobilização, engajamento de pessoas e organizações nas questões fundamentais do mundo contemporâneo. Cabe, obviamente, destacar que não é a única.

Julga-se relevante apontar o papel das organizações da sociedade civil organizada, palco da vivência e verdadeira construção da cidadania, onde cidadãos articulam-se no enfrentamento das questões nacionais, configurando aquilo que Dowbor (2003) sinaliza como poder local e fazendo crescer a consciência de que objetivos coletivos são maiores, no sentido de importância, do que os objetivos individuais.

Entretanto, estas organizações e cidadãos têm consciência do papel que cumprem? Têm eles, compreensão sobre que espaço

de atuação é este? As organizações se percebem participantes de algo maior ou carregam visão míope sobre suas realizações?

É justo considerar que a competência e consciência referidas acima, não são frutos apenas da vivência e cultura de cada cidadão, mas, responde a um conjunto complexo de variáveis, dentre eles o próprio processo civilizatório.

Tem-se o Brasil como uma nação cuja construção se deu a partir da presença do Estado. Isto se observa quando examinamos a origem das organizações de assistência a partir das primeiras obras sociais no Século XVI, as chamadas Santas Casas de Misericórdia, continuando pela formação dos sindicatos até a maneira como os cidadãos, em boa parte, ainda concebem o Estado como “pai e protetor” que tudo deve dar.

Tal visão permeia, mesmo em nossos dias, de forma involuntária e inconsciente, diferentes setores da sociedade. Ela alimenta comportamento de dependência e não contribui para formação da consciência nos indivíduos. Consciência de que a cidadania se estabelece também pelo caminho do exercício dos deveres e responsabilidades diante das questões da sociedade e não somente pela competência na cobrança de direitos.

Destaca-se aqui a convicção de que não há cidadania sem luta pelos direitos e pela diminuição das relações de dependência. Entretanto, sublinha-se igualmente a certeza particular na postura ativa de cada cidadão, de seu engajamento, de sua articulação visando o bem comum.

Acredita-se, ainda, no desenvolvimento da competência cidadã capaz de construir uma sociedade organizada em torno do interesse público e na contribuição que estas vivências podem dar para a noção de sociedade justa. É este espaço, composto de maneira particular, que se tem denominado de terceiro setor. Mas do que estamos falando? O que é o terceiro setor (TS)? Quem são seus atores? O que fazem? Que interesses estão envolvidos? São estas algumas das perguntas que orientam este artigo.

TERCEIRO SETOR: ESTRUTURA INSTITUCIONAL OU ESPAÇO DE AÇÃO?

Antes de buscar explicitar a composição e as características deste setor é importante colocar duas questões iniciais: (a) o componente histórico e a natureza da expressão; e (b) seu

pressuposto. Primeiro, o uso da expressão “Terceiro Setor” (TS) passa a ser freqüente na virada dos anos 1980 para 1990 e tem entre seus principais disseminadores o pesquisador Lester Salamon, diretor do Johns Hopkins Institute Policy Studies, sediado em Baltimore, EUA.

Este estudioso é responsável pela maior pesquisa internacional na área, de que se tem notícia na atualidade e contempla 26 países incluindo o Brasil que tem na Profa. Dra. Leilah Landim, do ISER- Instituto de Estudos da Religião, sediada no Rio de Janeiro, um de seus representantes.

Cabe ressaltar que este não é um esforço isolado. Na década de 1990 várias iniciativas brasileiras vieram unir forças no sentido de melhor conhecer o Terceiro Setor no Brasil. Autores com Rubem César Fernandes, organizações como GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas, SENAC-SP através do Centro Comunitário para o Trabalho, deram importantes contribuições para o tema. No caso particular das universidades, muitas criaram centros de estudos específicos na área e que tinham, ao mesmo tempo, o papel de reunir informações e de capacitar pessoas.

O primeiro deles foi o CETS- Centro de Estudos do Terceiro Setor, sediado na EEA/FGV-SP – Escola de Economia e Administração da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, criado pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Merege, em 1994, que formou as primeiras turmas no curso de especialização em Gestão de Organizações do Terceiro Setor. Na seqüência outros centros foram criados junto a universidades em São Paulo e outros estados.

Quanto à natureza, cabe ressaltar que a expressão TS é emprestada da economia e responde adequadamente a necessidade de compreender a importância econômica de um conjunto amplo de iniciativas, de diferentes características e de diferentes origens.

Assim como em outros países, no Brasil há multiplicidade de organizações que respondem por volumes expressivos de recursos financeiros, bem como por números importantes na área do emprego, por volumes igualmente expressivos de voluntários, além de contabilizarem expressivas intervenções na questão social.

Ganha também diferentes nomes assim como observa Salamon:

Estou falando, é claro, da vasta coleção de Instituições e relações existentes entre o mercado e o Estado, para as quais também temos diversos nomes: Terceiro Setor, setor sem fins lucrativos, setor da sociedade civil, setor voluntário, setor social-econômico, setor ONG, setor de caridade etc. (In IOSCHPE 1997, p. 90)

A segunda questão aponta para o modelo de três setores como indica Coelho (2000, p. 39) “Nesta discussão está implícita a idéia de que uma sociedade por ser dividida em regiões de atividades – ou setores”.

Assim, podemos considerar a existência de um setor chamado de Público estatal que reúne as atividades das diferentes esferas públicas, municipal, estadual e federal, bem como as atividades inerentes aos três poderes: legislativo, judiciário e executivo.

Já as atividades ligadas às organizações com finalidade lucrativa e mercantil denominam o setor privado ou mercado, enquanto o conjunto amplo de atividades que não são mercado nem publico estatal são denominadas de Terceiro Setor.

Cabe observar que muitos especialistas, autores e formadores de opinião acabam atrelando a idéia adjacente de hierarquia ao modelo de três setores. O fazem quando expressam de forma a pontuar o primeiro setor como Estado, o segundo como Mercado e o Terceiro como a sociedade civil organizada.

Fernandes (1994) comenta esta questão quando fala do equivoco em colocar hierarquia, pois ela não representa a verdade em termos históricos e globais. Assim, no contexto norte americano o Estado não foi o primeiro setor ao nascer, mas, o mercado. Já para o caso brasileiro também se deveria considerar o processo histórico-civilizatório antes de afirmar este ou aquele como primeiro ou segundo.

Considerar a existência de um setor chamado Estado, outro chamado mercado e um terceiro setor, sem dar ênfase em uma hierarquia histórica, que não existe na realidade, além de considerar que para os países emergentes, até pouco tempo denominados terceiro mundo, que com esta associação imputar-se-ia imagem negativa relacionada ao subdesenvolvimento.

Postas estas questões iniciais, para melhor compreensão deste setor, estas reflexões têm a pretensão de iluminar este artigo

com alguns dados conhecidos que podem oferecer ao leitor imagem mais apropriada sobre o tema.

As informações se encontram disponíveis na página web do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (www.gife.org.br), organização esta que será melhor caracterizada mais adiante.

Pesquisa realizada por quatro organizações – IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, ABONG – Associação Brasileira de ONGs e o GIFE, apontam para a existência, no Brasil, de 276 mil organizações sem fins lucrativos, das quais 171 (62%) foram criadas a partir de 1990. Esta mesma pesquisa indica um volume de 1,5 milhões de assalariados e empregados nestas organizações. Estes não são os únicos números disponíveis, mas permitem visualizar a importância econômica deste chamado TS.

Compreender este setor implica em visitar diferentes perspectivas e respeitar as diversidades encontradas nas diferentes características organizacionais envolvidas. Neste sentido, qualquer proposta teórica totalizante que queira tomar o setor como algo homogêneo e orgânico, não terá sucesso.

Considerando estes elementos pode-se admitir certo romantismo presente no discurso de parte da sociedade em pleitear unidade para este setor. Admite-se encontrar e observar ideários comuns a muitas das organizações, mas, pensar numa estrutura institucional única parece inexequível. Propõe-se, portanto, aprofundar este entendimento nas presentes reflexões.

Coelho ao desenvolver o papel do associativismo na história social afirma “Em maior ou menor grau, as associações voluntárias sempre estiveram presentes nas comunidades [...]” (2000, p. 31). É certo que boa parte delas ligadas às organizações religiosas, em particular se considerarmos o processo histórico brasileiro e a relação entre Estado e Igreja, reforçando o exemplo das Santas Casas já citadas anteriormente.

Trazendo para um contexto mais próximo, autores como Landim (2002) e Fernandes (1997) apontam a importância dos anos 1980, no que se refere à emergência das Organizações Não Governamentais (ONGs), que têm sua nomenclatura originada no sistema de representação das Nações Unidas. Tais organizações ocupadas quase que exclusivamente por ativistas, pelo menos

inicialmente, foi dando lugar nos anos seguintes a outros tipos de atividades.

No início dos anos 1990, em contexto que combina o processo de redemocratização e, ao mesmo tempo ausência do Estado, criam-se as condições ideais para a expansão de atividades das ONGs, materializadas pela ação dos movimentos sociais e pelas organizações ativistas de causas ambientais a partir da ECO-92, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ocorrida na cidade do Rio de Janeiro.

Surgem organizações importantes no cenário nacional que ajudam a esclarecer a relevância das ONGs. É o caso da ABONG – Associação Brasileira das ONGs, fundada em 1991 com o objetivo de representar e promover o intercâmbio entre ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia (ABONG 2002).

Neste mesmo período outro conjunto de organizações também se apresenta no cenário nacional. Tratam-se dos institutos e fundações privadas com origem no mercado.

Cabe destacar aqui que muitas empresas passam também a multiplicar ações junto às comunidades com as quais interagem, atuando no enfrentamento da questão social, contudo, sem constituir outras organizações como fundações e institutos. Fazem isso mantendo a condição de empresa e, sendo assim, estão fora do escopo que este artigo se propõe a discutir, ou seja, atuam junto à sociedade, nas diferentes expressões da questão social, mas não pertence ao chamado terceiro setor.

Reforçados estes elementos e voltando ao contexto que se propõe caracterizar destaca-se, nos anos 1990, o surgimento do GIFE- Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Organização fundada em 1995 cuja missão volta-se a aperfeiçoar e difundir os conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum (GIFE 2001) e vem organizando e profissionalizando, a atuação deste conjunto de organizações no enfrentamento das diferentes expressões da questão social.

Até aqui, destaca-se que este chamado terceiro setor abriga diferentes origens organizacionais: das organizações voluntárias aos movimentos sociais, das causas ativistas às ações oriundas do mercado. Como se pode observar este chamado terceiro setor, longe de se poder caracterizá-lo de forma única, têm em sua formação

diferentes matizes. Retomando uma questão já posta, observam-se esforços neste sentido.

Se este setor se mostra plural, cabe o esforço de buscar uma conceituação única? Parte dos especialistas ao explicitarem como ‘conceito em construção’ sinalizam mais uma expectativa pessoal ou mesmo conciliatória, na busca de algo que se fizesse entender como expressão institucional. O tempo poderá demonstrar isso melhor, mas, o fato é que a pluralidade sugere também um olhar diverso, amplo, heterogêneo e isso não aponta para uma única institucionalidade, mas, para um espaço onde o plural atua. Assim, a perspectiva é continuar a buscar outros olhares para caracterizá-lo.

Cabral (2004) buscou contribuir com a sistematização do entendimento sobre este campo. Sendo uma forma específica de leitura sobre determinados movimentos que ocorrem no espaço público, o terceiro setor abarca naturalmente uma grande diversidade de visões. Primeiro, com relação aos elementos que o compõe. Cabral (2004) indica:

A designação TS aplica-se ao conjunto de iniciativas e organizações privadas, baseadas no trabalho associativo e voluntário, cuja orientação é determinada por valores expressos em uma missão e com atuação voltada aos atendimentos das necessidades humanas, filantropia, direitos e garantias sociais. (p. 3)

A primeira característica aponta, então, o caráter voluntário do indivíduo nele envolvido e o focaliza notadamente no exercício de uma missão orientada para o ser humano. De alguma forma, este Terceiro Setor acaba se contrapondo também ao mercado nesta medida. Ele sugere ação humanista e pressupõe natureza também humanista. Entretanto, não se pode afirmar que isso seja uma verdade absoluta. Cabral (2004) destaca quais são as influências presentes.

As OTS [Organizações do Terceiro Setor] atuam na prestação de serviços e na abordagem de problemas sociais, de natureza pública, que dizem respeito a interesses sociais e concepções de desenvolvimento. Por outro lado, enquanto iniciativa privada representa interesses dos grupos instituidores que

Neste sentido, muitas das iniciativas que o TS tem mostrado, de fato, merecem avaliação profunda. Na medida em que, sendo um setor que trabalha com receitas captadas tanto do poder público, como do mercado e da sociedade, é natural imaginar que a predominância deste ou daquele recurso imporá um agir orientado fortemente pelos interesses destes que financiam o setor.

Não se pode esquecer, neste contexto, da globalização que segue seu ímpeto alargando as bases de um capitalismo que coloca a existência humana numa condição de servidão. Outro elemento é a da participação política, absolutamente em descrédito e tendo parte dos atores públicos estatais como protagonistas de vultosos escândalos de corrupção e má gestão pública. Enfim, parece que o TS acaba assumindo também o papel “válvula de escape” importante para o conjunto da sociedade, criando possibilidades de organização para fazer frente às condições colocadas para a sociedade contemporânea.

Cabral (2004) também sinaliza um quadro de referências que possibilitam compreender melhor as principais características das organizações que estão internamente ao Terceiro Setor. Destaca que há várias maneiras para compreender sua composição. Inicialmente destaca a dimensão de caráter legal. Basicamente pertencem ao terceiro setor organizações sem fins lucrativos que do ponto de vista do direito privado são organizações que não distribuem lucros.

Outra dimensão tem relação com o caráter econômico-financeiro. Aqui, Fernandes (1994) também auxilia nesta configuração. Sendo as organizações do terceiro setor financiadas por terceiros, a origem e aplicação dos recursos podem definir sua natureza. Assim, se a utilização de um recurso privado for para finalidade privada isto caracterizará o setor privado. Se há um recurso público e este for utilizado para finalidades públicas, isto evidenciará o setor público. No entanto, quando houver recursos públicos e privados para serem utilizados em finalidade pública, isto definirá o chamado terceiro setor.

Por último, Cabral (2004) e Coelho (2000) distinguem e classificam as organizações de diferentes origens dentro deste espaço. Assim, Cabral (2004, p. 12) comenta que a realidade

brasileira é muito rica e detém um número expressivo de origens distintas e pode-se tentar classificá-las a partir do foco de suas finalidades. Já, Coelho (2000, p.63) em seu trabalho de pesquisa, aponta as organizações como: organizações não-governamentais (ONGs) caritativas, desenvolvimentistas, cidadãs e ambientalistas.

É importante salientar que todo o esforço de caracterização das organizações que compõem este setor ainda não é suficiente para identificar e tipificar organizações que atuam orientadas verdadeiramente para o interesse público. Coelho (2000, p.59) faz distinção entre organizações orientadas para interesses coletivos daquelas que são orientadas para o interesse público.

As primeiras estão voltadas para um grupo específico da sociedade, como os sindicatos, organizações associativas profissionais, igrejas, clubes e agremiações. As segundas distinguem-se da primeira por atuarem voltadas ao interesse amplo e geral da sociedade. Portanto, quando se usa a expressão TS é fundamental estar consciente desta diversidade, mas, é igualmente fundamental destacar o conjunto de organizações que buscam, de fato, o interesse público e geram efetiva contribuição para o enfrentamento da questão social.

Tratou-se, até aqui, de indicar as principais características do terceiro setor, das organizações que o compõe e falou-se sobre as finalidades. Resta, antes de concluir este tópico, pontuar a questão local que toma, nos dias atuais, maior relevância na medida em se assiste a intervenção às organizações que até agora se debateu.

As significativas mudanças no modo de viver da sociedade vêm impactando a maneira como as questões do dia-a-dia da sociedade são tratadas. Dowbor (2003) fala sobre o processo de urbanização que vem trazendo a perspectiva de grandes adensamentos nas cidades, em particular nas capitais.

Discorre sobre as distâncias sociais que a vida em sociedade, nesta condição, acaba trazendo. Esta impessoalidade, ou anonimato, associado às grandes dificuldades sociais da cidade, traz elementos que não sabemos administrar adequadamente. As famílias, no passado, grandes, com convívio mais próximo e freqüente, destoam da realidade atual que nos fecha em apartamentos e que, por vezes, não nos permite conhecer nosso vizinho.

Entretanto, indica Dowbor (2003), é na cidade onde todas as

coisas acontecem e as emergências que ela coloca carecem de uma ação igualmente emergente. Uma necessidade local faz nascer a ação local e, por esta razão, abre espaço para pensarmos o governo local como uma alternativa de nosso tempo. Não se trata aqui de criar uma nova instância governamental ou de outro modelo de Estado, mas sim de uma nova intervenção. Uma intervenção que nasce do local para uma gestão local.

Esta rapidez e materialidade nos fazem repensar na própria participação dos cidadãos na construção da cidadania, espaço de exercício e de transformação pessoal dos indivíduos em cidadãos, de cidadãos em sujeitos e de sujeitos em atores. Faz repensar também no exercício de elaboração e execução das políticas públicas, faz repensar, enfim, em um reposicionamento das comunidades muito mais próximo do desenvolvimento social a que assistimos nos dias atuais. E tomando, então, o conjunto destes elementos é que se pode observar um terreno fértil no sentido do crescimento deste chamado Terceiro Setor.

Na medida em que se observa uma efervescência na vida das cidades e comunidades, todos os atores nelas presentes acabam também por observar, o que levam muitos a se envolverem em processos desta dimensão. É o caso do Mercado – ou Setor Privado – e das organizações privadas mercantis que são impulsionadas por condições de mercado, no que se refere à dimensão exógena, e pelas próprias lideranças, do ponto de vista endógeno, que vivem em seus espaços locais e sentem ou participam desta realidade pontuada até aqui.

Quando se fala da interação entre o TS e o mercado, aponta-se para um conjunto de organizações pertencentes ao TS de origem privada, que carrega um amplo leque de especificidades. Autores como Fernandes (1994), Iochpe (1997), Coelho (2000), Landim (1993), Beghin (2005), têm contribuído para melhor compreensão das características, motivações e ações protagonizadas por estas organizações.

Em outra perspectiva, Montaño (2002) adiciona valor a estas contribuições ao fazer crítica ao padrão emergente de intervenção social, apontando, entre outros, os vínculos ideológicos dos protagonistas e financiadores da ação social. Para este autor, a proposta de existência de um TS remete à discussão sobre a emergência de uma nova forma de lidar com a questão social.

Neste aspecto pode-se concordar, na medida em que atuar nas expressões da questão social não é mais privilégio deste ou daquele especialista, desta ou daquela organização. O contexto em que vivemos impõe um agir urgente e implica em ampla mobilização da sociedade como um todo.

Entretanto, cabem contrapontos, por exemplo, quanto ao pensar no TS como instrumento de desresponsabilização do Estado, na medida em que o foco é a responsabilização da sociedade como um todo para as questões que a ela são inerentes. Assim como cabe, igualmente, contrapor a idéia de que TS constitua-se num novo padrão para a função de resposta à questão social, na medida em que a questão social deva ser enfrentada pelo conjunto da sociedade e não por um setor específico.

Pertence sim ao TS, em grande parte, a possibilidade de ser espaço de discussão, aprendizagem e articulação no enfrentamento não apenas da questão social e suas expressões, mas também das questões econômicas e ambientais tal qual propõem as reflexões sobre o desenvolvimento sustentável que mais a seguir será tratada.

Por esta razão tomar o conjunto amplo de organizações, motivações, causas, projetos, ações, recursos financeiros e articulações existentes no TS como instrumento da expansão do projeto neoliberal sugere, exatamente, uma visão parcial sobre ele ratificando o necessário esforço da sociedade em melhor entendê-lo. Não compreendê-lo, contudo não permite negá-lo.

Ao se considerar a questão social uma agenda cuja intervenção se dá quer através das diferentes esferas de governo quer das organizações do terceiro setor, sejam emanadas da sociedade civil ou de origem empresarial, estar-se-á caracterizando a articulação possível entre diferentes atores da sociedade. Desta forma, coloca-se luz na resolução dos problemas e no enfrentamento da complexidade que os caracterizam através da articulação de indivíduos e organizações de diferentes setores.

A idéia de TS guarda, então, mais proximidade com a possibilidade de tomá-lo como espaço, assim como Fischer (2002, p.45) propõe. Esta condição permite olhar mais para os resultados das ações efetivadas pelas organizações que a ele estiver associado, e menos para algo que se pressupõe engendrará-lo.

É neste contexto que o TS se coloca como espaço possível de convergência de diferentes ações que impactam a sociedade e

contribuem com o desenvolvimento sustentável. Importa agora aprofundar sobre ele.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Do que estamos falando quando falamos em Desenvolvimento Sustentável?

A riqueza mundial cresceu consideravelmente nas últimas três décadas sob os efeitos conjugados do aumento da produtividade e do processo tecnológico. O modo de vida e o estilo de consumo sofreram transformações no mundo e o projeto pela melhoria do bem estar da humanidade e pela modernização da economia começou a ganhar forma quase universal. Contudo, o modelo de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico revelou-se profundamente desigual e os ritmos do progresso são muito diferentes nas várias regiões do mundo.

Nesse cenário de desequilíbrio socioeconômico mundial, diversos setores da sociedade mobilizam-se na busca de respostas às múltiplas expressões da questão social. Nasce, assim, a expressão Desenvolvimento Sustentável, que vem sendo debatida e ao mesmo tempo construída por diferentes setores da sociedade, colocando-se como condição essencial para a humanidade.

Seu marco inicial se estabelece a partir do chamado Clube de Roma, criado em 1968 pelo industrial italiano Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, que junto a outros pensadores, cientistas e economistas iniciaram estudos sobre o impacto global da produção industrial.

Em 1972, publicou o relatório “Os limites do crescimento” que previam as tendências à escassez de recursos naturais. No mesmo ano ocorria a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo aglutinando 113 representantes de países, 250 organizações não governamentais e vários organismos da ONU. Em 1983 é formada na ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CMMA) presidida pela ex-primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Nome que foi cedido para batizar o “Relatório Brundtland”, intitulado “Nosso Futuro Comum”.

Este documento talvez seja o mais citado como marco do conceito de Desenvolvimento Sustentável, apontava para a desigualdade entre as nações e para a pobreza como as principais

causas dos problemas ambientais, gerando grande contribuição no se que se refere à preocupação com as gerações futuras.

Neste contexto histórico é importante destacar a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92 e que reuniu, no Rio de Janeiro, mais de 100 chefes de Estado. Nesta reunião foram aprovados vários acordos internacionais, entre eles a AGENDA 21 que aponta para objetivos importantes como a erradicação da pobreza, os padrões de produção e o consumo dos recursos naturais do planeta.

Durante o mesmo período nasce a norma internacional 14.000 elaborada pela ISO (*International Organization for Standardization*), que visa criar referência em processo de gestão ambiental e que, à luz das antigas normas da série ISO 9000 na área da qualidade, ganharam espaço e importância no âmbito da gestão empresarial.

Estes dois temas colocaram definitivamente o universo das empresas no bojo da discussão sobre a questão ambiental, coroando outros tantos esforços que foram protagonizados nas últimas décadas visando por um lado responsabilizar as empresas e por outro sensibilizá-las para a importância deste tema.

Outro resultado importante que surge como fruto do esforço global é o Protocolo de Kyoto que foi assinado na 6^a. Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre mudanças climáticas em 1997 no Japão. É verdade que os Estados Unidos, o maior poluidor do planeta, ainda não o tenha assinado, mas é inegável a importância deste acordo no que tange a fixação de metas de redução da poluição e o empenho global por ele gerado.

Falar em desenvolvimento sustentável implica necessariamente em fazer crítica ao modelo de desenvolvimento. Se o crescimento da humanidade se deu a partir da degradação ambiental, da utilização irracional dos recursos naturais, de um modo de vida e de consumo insustentável, é legítimo considerar que um modelo de desenvolvimento que ocorra determinadamente, única e exclusivamente, pela via do crescimento econômico seja incompatível com a sustentação da própria vida.

Desta forma, a noção de que a vida não se sustentará no planeta e de que as gerações futuras estão em risco, adicionam valor ao debate entre crescimento econômico e o modelo de desenvolvimento.

A partir de um determinado momento histórico observa-se que a expressão “sustentabilidade” é incorporada na vida cotidiana de diferentes maneiras, seja no discurso das autoridades constituídas, na academia, nas empresas, na sociedade civil e na mídia em geral. Por esta razão, a utilização desta expressão merece cuidado e compreensão.

Sachs (2002), um dos especialistas mais renomados no tema, vem desde a década de 1970 trabalhando sobre estas questões e alertando a humanidade para os efeitos da ação humana. Identifica cinco dimensões simultâneas de sustentabilidade que todo planejamento precisa levar em conta quando se pensa em desenvolvimento sustentável:

A sustentabilidade social é entendida como criação de um processo de desenvolvimento, sustentado pelo crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa para se viver. A meta é construir a visão do que seja uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

A sustentabilidade econômica é possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de fluxo constante de investimentos públicos e privados. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macro social e não apenas do critério de rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

A sustentabilidade ecológica, precisa ser melhorada: intensificando o uso potencial de recursos dos diversos ecossistemas; limitando o consumo de combustíveis fósseis, de produtos que são facilmente esgotáveis, danosos ao meio ambiente; reduzindo o volume de resíduos e de poluição, através da conservação da energia, de recursos e da reciclagem; definindo normas para adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para seu cumprimento.

Da mesma forma a sustentabilidade espacial, proposta por Sachs (2002) considera que tal dimensão deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuída tendo em vista os assentamentos urbanos e as

atividades econômicas, reduzindo a concentração excessiva nas áreas metropolitanas.

E, por fim, a sustentabilidade cultural, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças na comunidade cultural que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local levando em consideração o ecossistema, a cultura e a área.

Ignacy Sachs, desta maneira, apresenta de forma abrangente as diferentes facetas da sustentabilidade. Assim, se tomamos a mesma como um alvo a ser alcançado, devemos perguntar se este patamar é atingível com a ação de um único ator social, seja ele privado ou público. Certamente estamos diante de um tema que exige a mobilização de todos os atores sociais e, fazendo referência às reflexões anteriores, de todos os setores da sociedade.

Ainda, a perseguir o objetivo de compreensão das definições mais usuais para a idéia da sustentabilidade, cabe comentar sobre a expressão que invadiu e se consolidou em particular no campo da gestão empresarial, mas, que já se observa igualmente invadindo outros setores.

Na medida em que a gestão empresarial passa a inserir o meio ambiente no seu plano de trabalho, outros fatores ganham espaço na mesa dos tomadores de decisão assim como apontam Grayson e Hodges (2002). Temas como Meio Ambiente-Ecologia, Direitos Humanos, Saúde, Bem Estar e Comunidade passam a ser exigidos da gestão das empresas colocando luz sobre as práticas empresariais e sobre a contribuição das mesmas empresas para a minimização dos problemas nacionais.

Tal comportamento faz nascer o pensamento de que as empresas produzem resultados além da dimensão econômica como a história da gestão demonstrou valorizar enfatizando o lucro como medida maior de desempenho empresarial.

Na gestão empresarial contemporânea, em particular aquela mais próxima dos conceitos e temas até aqui apresentados, busca-se aferir níveis mais elevados de contribuição e que vão além do lucro, como fator econômico, buscando as contribuições ambiental e social.

Por esta razão, em 1994 John Elkington, fundador da Consultoria de Gestão *SustainAbility* cunhou a expressão que hoje ouvimos com muita frequência: *triple botton line*, ou *People, Profit Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 81-106, 2009*

and Planet. São os chamados três pilares da sustentabilidade. Seu significado remete às três dimensões de resultado de uma organização: econômico, ambiental e social. Em outras palavras, equidade econômica, segurança ambiental e justiça social.

Desta forma, pensar na idéia da sustentabilidade e no desenvolvimento sustentável como modelo para o conjunto da nação implica em considerar os esforços oriundos de todos os setores da sociedade.

Evidentemente, no campo da definição de papéis, é justo considerar o papel do Estado, mas, igualmente justo é identificar, avaliar e considerar as contribuições de outros atores não menos importantes, mas que de forma articulada ou não, planejada ou não, estão contribuindo para a minimização dos problemas que hoje o país enfrenta. Sendo assim, a questão natural que surge é a relação entre TS e DS.

TERCEIRO SETOR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

É neste contexto que este artigo se coloca. Não se pretende debater a contribuição e o papel das empresas nem tampouco do Estado brasileiro. A finalidade destas reflexões é colocar luz sobre as ações oriundas das organizações do chamado Terceiro Setor e a relação possível entre ele e a idéia de Desenvolvimento Sustentado.

O CETS- Centro de Estudo do Terceiro Setor, já citado no âmbito deste artigo, criou um cadastramento voluntário de organizações pertencentes ao TS, intitulando-o de MAPA DO 3º SETOR.

Neste cadastro, mais especificamente em seu relatório de 2005, disponível no endereço www.mapadoterceirosetor.org.br/estatisticas.aspx, da web, destaca-se que os 5.370 projetos ali declarados estão em áreas diversas como da saúde, defesa dos direitos civis e humanos, promoção da paz, geração de emprego e renda, cultura e arte, desenvolvimento comunitário social e econômico, educação infantil, promoção social, moradia, saúde mental, entre outros.

Cabe pontuar que neste cadastro estão contidas apenas 4.589 organizações espalhadas pelo território nacional, representando, portanto, uma parte das organizações cujas características permitem olhá-las sob a ótica do TS.

Se organizações do TS têm diferentes origens, diferentes características e mobilizam recursos de diferentes fontes, têm também diferentes visões de mundo envolvidas bem como nascem, em grande parte, do posicionamento individual de uma ou mais pessoas. Isto é algo do qual não se pode escapar. Somente com o exercício da atividade tais pessoas vão compreendendo a distância que há entre o pensamento individual e o interesse público. Algumas nunca percebem.

Seguramente, entretanto, a perspectiva do interesse público e do bem comum é reforçada de forma bastante substantiva pelo debate inserido nas questões de desenvolvimento sustentável. Assim, quando se compreende as idéias de Sachs (2000) como aspectos que garantem construção adequada das políticas públicas, vê-se com maior nitidez a relação existente entre elas e as ações protagonizadas pelas organizações orientadas pelo interesse público, pertencentes ao terceiro setor.

A sustentabilidade social apontada pelo autor lembra as organizações de lutas pelos direitos civis, as que lutam pelos direitos humanos, as que lutam pelas questões de gênero.

Ainda, nas questões relacionadas com abuso/violência sexual, direitos dos indígenas, direitos da criança e do adolescente, dos portadores de necessidades especiais, dos homossexuais, dos consumidores, nas questões de desigualdade e exclusão social e outros que tocam na justiça social.

Da mesma forma, as organizações que atuam na promoção e assistência social com diferentes populações, aquelas que atuam na saúde mobilizando recursos efetivando ações nas áreas da desnutrição, saúde reprodutiva, droga e alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis entre outras. Agrega-se a este raciocínio, as organizações que atuam no apoio da educação formal como, também, efetivação de iniciativas de educação formal.

Continuando, ao se observar a sustentabilidade econômica como outro pilar do desenvolvimento sustentável, deve-se destacar as iniciativas que estão no campo do microcrédito, no apoio ao desenvolvimento rural e agrícola, fortalecimento de pequenos produtores, na criação de oportunidades de trabalho e geração de renda, no desenvolvimento da microempresa.

Ao se tomar o pilar da sustentabilidade ecológica, deve-se destacar as contribuições das organizações orientadas para as questões do meio ambiente como: conservação da natureza e

biodiversidade, manejo de recursos naturais, recuperação de áreas degradadas e reciclagem de materiais.

Sachs (2002) também apresenta a sustentabilidade espacial, como outro pilar. Neste campo podem-se identificar organizações que apóiam programas de melhoria habitacional, de gestão urbana, recuperação da paisagem urbana através de assessorias técnicas, ações de mobilização e conscientização, disseminando conhecimentos.

Por último, a sustentabilidade cultural. Este pilar, de acordo com o autor, se coloca como orientação de organizações que atuam na efetivação de ações nas áreas das artes em geral, na cultura negra, cultura popular, cultura indígena, além da dança, literatura, música patrimônio histórico, teatro, entre outras, que buscam ampliar a consciência humana sobre seu momento e seu futuro.

Todas estas indicações representam universo amplo de participação de organizações do chamado TS que materializam as contribuições para o desenvolvimento sustentável.

Obviamente a simples ligação de ações na dimensão micro com conceitos e formulações no nível macro não são suficientes para estabelecer uma relação efetiva e adequada entre TS e Desenvolvimento Sustentável. Integrar as ações das organizações de interesse público amplo ao desenvolvimento sustentável passa, necessariamente, por algumas outras questões fundamentais.

A primeira delas constitui-se no próprio projeto de desenvolvimento sustentável que deve ser compreendido e construído pelo conjunto da sociedade. Sem clara definição do modelo de desenvolvimento e dos elementos cruciais que podem tornar a sociedade mais justa, permanecerá a dúvida quanto ao que deve ser sustentável, para quem e de que forma isto pode acontecer.

Neste aspecto, o TS pode executar papel determinante no sentido de se colocar como espaço onde a cidadania e o interesse público podem ser exercitados e articulados como aponta Dowbor (1999).

A segunda tem direta relação com a qualidade das ações emanadas das organizações pertencentes ao TS, em particular aquelas orientadas para o interesse público. Boa parte das ações ainda permanece desvinculada das políticas públicas tendo caráter de curto prazo e não emancipatório. É imprescindível que tais ações se orientem pela liberdade, autonomia, construção da

cidadania e pela via dos direitos e não como algo que se coloque apenas como benevolência que, embora legítima, pode fortalecer a relação de dependência e não constrói condição autônoma.

A terceira guarda vínculo com o mundo da gestão da organização, aqui entendida como a competente integração de instrumentos e métodos que garantem a realização da finalidade organizacional. Neste sentido, não haverá o alcance do desenvolvimento sustentável se as lideranças destas organizações, fundadores e profissionais, não deixarem de lado a visão míope e por vezes personalista de como conduzem e orientam as ações.

Uma organização de interesse público deve orientar-se pelas políticas públicas e pautar suas ações pela garantia dos direitos, cumprimento da legislação em todos os níveis e pela transparência necessária ao bom desenvolvimento do bem comum.

Desta forma, a gestão deve também assegurar adequado dimensionamento entre a presença da ação voluntária e a equipe de profissionais que são necessárias para a garantia da qualidade técnica exigida em seu campo de atividade.

A atuação em organizações de interesse público não deve ser sinônimo de baixa qualidade na execução das atividades. Ao contrário, a qualidade de sua intervenção deverá ser a expressão da sustentabilidade.

Deve, ainda, mostrar-se competente para monitorar e avaliar as próprias ações e garantir a devida prestação de contas dos recursos financeiros que mobilizou. Enfim, estes elementos constituem-se naquilo que acima se identificou como gestão da organização e ora se coloca como fundamental quando se integram às ações de tais organizações com o desenvolvimento sustentável.

A quarta e última questão aponta para a gestão social, entendida nas palavras de Carvalho (1999, p.19) “Quando falamos em gestão social, estamos nos referindo à gestão das ações sociais públicas. A gestão do social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades do cidadão”. Neste sentido, pensar na contribuição das ações das organizações de interesse público para o desenvolvimento sustentável implica em olhar para as bases que formulam as ações destas organizações.

A visão particularizada de uma determinada realidade apoiada pela visão pessoal sobre o que se acredita que ‘deva ser’ não atende ao quesito da gestão social. A mesma requer que o diagnóstico, que irá gerar a ação, deva ser orientado pela

demanda e pelas necessidades do cidadão o que implica na compreensão do caráter participativo desde a concepção no campo das idéias às ações, pois, se refere ao interesse público.

Resumindo, a contribuição para o desenvolvimento sustentável, das organizações de interesse público pertencentes ao TS passa necessariamente por: (a) orientação pela execução de ações vinculadas aos pilares da sustentabilidade; (b) pela existência de um projeto de desenvolvimento sustentável a qual as referidas ações se vinculem; (c) pela qualidade e abrangência das mesmas ações, sendo obrigatoriamente de interesse público e não apenas coletivo; (d) que considere a gestão da organização e suas diferentes áreas como relevantes para o cumprimento de sua finalidade (e) a efetiva gestão social.

Certamente que estes elementos não são únicos no que se refere aos desafios sobre a compreensão do tema. Sua relevância e importância também estão associadas ao atual contexto de envolvimento do cidadão comum em todos os níveis que permeiam sua vida e isto é fundamental a uma sociedade democrática. Mas, igualmente presente encontra-se a convicção da necessidade de pesquisas, estudos e metodologias adequadas à compreensão do TS que, a partir da academia, possa esclarecer os demais setores da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate em torno da relação entre tecnologia e dimensão social não deve ser analisado de forma maniqueísta. Na verdade, a premissa deste artigo está em reforçar, primeiro, a relevância destes temas para a sociedade, em segundo, evidenciar de forma rápida e simples as naturezas distintas que a caracterizam.

Coube, entretanto, introduzir estas breves reflexões para apontar algo que se mostra mais central e relevante. Por vezes se observa a colocação da tecnologia como se fosse a finalidade meio enquanto, na verdade, não passa de um meio para se atingir algo que é de fato mais relevante qual seja, o bem comum.

Neste sentido, pontua-se que uma sociedade que se pretende justa e orientada para este fim não deve perder de vista o centro de sua atenção: o homem e a dimensão social. Deve, igualmente, não medir esforços para enfrentar os desafios e obstáculos que a

própria natureza social do homem impõe. A partir desta percepção se propõe olhar para o terceiro setor.

Distante da busca de um conceito único propôs-se olhá-lo sob diferentes aspectos na tentativa de demonstrar suas múltiplas facetas, origens, características e finalidades.

Tratou-se de evidenciar ainda mais sua presença no cenário nacional e ratificar suas possibilidades como espaço de exercício da cidadania. Outras questões também devem ser debatidas neste contexto, é verdade. Questões como sociedade civil, Estado, a relação entre ambos, a participação do mercado no enfrentamento da questão social, o do financiamento das ações do TS, as políticas públicas, permeiam todo o campo onde a temática do TS se localiza.

Dizer que as organizações que o compõe, assim como os cidadãos nelas envolvidos, tenham consciência sobre a importância deste espaço, ainda é cedo para afirmar. Boa parte das organizações de interesse público pertencentes a este setor é administrada de maneira míope, com nenhuma ou quase nenhuma integração com as políticas públicas, respondem a interesses particulares, eventualmente coletivos e, em menor escala, aos interesses genuinamente públicos o que caracteriza clara disfunção estrutural.

Efeito contínuo, as mesmas organizações têm dificuldades para compreenderem seu papel na contribuição para o desenvolvimento sustentável, e mais, não geraram competência para avaliar os resultados de suas ações.

Neste aspecto, em particular, advoga-se que, ao ajudar as organizações integrantes do TS a compreenderem o que vem a ser desenvolvimento sustentável, estar-se-á ampliando a visão destas mesmas organizações no que se refere ao impacto de suas ações.

Por outro lado não se pode negar que este setor também contém organizações genuinamente orientadas para o interesse público no sentido mais abrangente e promovem, diariamente, ações relevantes para a concepção de desenvolvimento sustentável.

Por estas razões, torna-se imprescindível canalizar recursos e atenção no mapeamento e tipificação das organizações, criando condições para discernir sobre seus resultados. Da mesma forma, é importante criar condições para que TS não seja considerado como único caminho a ser seguido, na medida em que deve, de fato, representar a pluralidade presente em nossa sociedade.

AMARAL, R. G.; COSAC, C. M. D. The third sector and maintainable development. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 18, n. 2, p. 81-106, 2009

- **ABSTRACT:** *The article is about the relevance of the human factor and the social dimension of the society. In this context, it raises the theme of the third sector, putting it as a space of action and existence of the citizenship, which since the 80ths are having prominence in the international and Brazilian context. The article continues describing its main characteristics and discerning about the different organizations that composes it. It also brings different definitions on it so that its specificities are highlighted. Additionally it introduces the theme of the maintainable development and follows the same course, seeking to discern about the perceptions that involves it. Finally, the article proposes a glance about the interaction between the third sector and the maintainable development, marking some key subjects for the task of integrating the actions of the organizations of wide public interest to the different dimensions of sustainability.*
- **KEYWORDS:** third sector. maintainable development. citizenship. social administration. organizations of public interest.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Roberto Galassi. *Responsabilidade social da empresa: a área de gestão de pessoas como mediadora entre a organização e a comunidade*. 2007. 185f. DM (Mestrado em Administração) - PUC/SP, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ONGs. *ONGs e Universidades: Desafios para a cooperação na América Latina*. Editora Peirópolis, SP, 2002.

BEGHIN, Natalie. *A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito*. São Paulo: Vozes, 2005.

CABRAL, Eloísa Helena de Souza Cabral. *Reptos para o Terceiro Setor: pertinência ao espaço público não estatal da perspectiva da gestão social*. 2004. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. *Gestão Social: alguns apontamentos para o debate*. In: MELO RICO, Elizabeth & RAICHELIS (ORGS). *Gestão Social: uma questão em debate*. EDUC; IEE, SP, 1999. p.19-30.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro Setor: Um estudo comparado entre o Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Senac São Paulo, 2000.

DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: descentralização e participação – as novas tendências*. São Paulo: Vozes, 2003. v. 3.

DOWBOR, Ladislau. A Gestão Social em busca de paradigmas. In: MELO RICO, Elizabeth & RAICHELIS (ORGS). *Gestão Social: uma questão em debate*. EDUC; IEE, SP, 1999. p.31-42.

FISCHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FERNANDES, Rubem César. O que é Terceiro Setor?. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.) *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo / Rio de Janeiro: Gife / Paz e Terra, 1997.

_____. *Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GRAYSON, David & Adrian Hodges. *Compromisso Social e Gestão Empresarial*. Publifolha, SP, 2002.

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS. Recursos Privados para Fins Públicos: As *Grantmakers* Brasileiras / Andres Pablo Falconer e Roberto Vilela. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2001.

IOSCHPE, Evelyn Berg (org.) *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo / Rio de Janeiro: Gife / Paz e Terra, 1997.

LANDIM, Leilah. Múltiplas Identidades das ONGs. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ONGs. *ONGs e Universidades: Desafios para a cooperação na América Latina*. Editora Peirópolis, SP, 2002, p.17-50.

_____. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania*. Rio de Janeiro: ISER, Núcleo de Pesquisa, 1993.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e a Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MELO RICO, Elizabeth & RAICHELIS (ORGS). *Gestão Social: uma questão em debate*. EDUC; IEE, SP, 1999.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 81-106, 2009

SACHS, I. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Editora Garamond: Rio de Janeiro 2002.

SALAMON, Lester. Estratégias para o Fortalecimento do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.) *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo / Rio de Janeiro: Gife / Paz e Terra, 1997, p.89-112.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. *Desenvolvimento Sustentável*. Vozes: Rio de Janeiro, 2007.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. *Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental*. Atlas: São Paulo, 2007.

Artigo recebido em 10/2009. Aprovado em 11/2009.